

O PORTO EM BUSCA DA RENASCENÇA (1880-1911)

Augusto Santos Silva

Faculdade de Economia, Universidade do Porto

1. O movimento intelectual do Porto, nas últimas décadas do século XIX, parece vivaz. Reconhece-o, por exemplo, Ramalho Ortigão, no primeiro volume de *As Farpas*, saído em 1887, mas que compreende textos datados entre 1882 e 1886, reunidos sob o tema de *A Vida Provincial*: embora o Porto lhe pareça ir perdendo o carácter provincial de outrora, menosprezando, por mimetismo com Lisboa, as suas qualidades plebeias e trabalhadoras, ele alberga, porém, um importante movimento associativo¹.

As iniciativas de carácter literário são relativamente conhecidas. Pensando apenas em publicações periódicas, pode evocar-se a acção de Joaquim de Araújo, director, entre 1878 e 1881, de uma revista significativamente intitulada *A Renascença. Órgão dos Trabalhos da Geração Moderna* e, entre 1894 e 1895, da *Revista Portuguesa*. A *Revista de Portugal*, de Eça de Queirós sai a lume no Porto, de 1889 a 1892. Os irmãos Júlio e Raul Brandão fundam a *Revista de Hoje*, em 1894, no mesmo ano em que começam também a publicar-se *A Geração Nova* e *O Ideal*. E assim por diante, numa sucessão de publicações mais ou menos efémeras, mas denotando, assim mesmo, alguma dinâmica intelectual.

O ponto a ressaltar, contudo, é que esta dinâmica não se esgota no registo artístico e literário. No início da década de 80, José Leite de Vasconcelos e Mont'Alverne de Sequeira procuravam sacudir o meio académico portuense lançando *O Panteão, Revista Quinzenal de Ciências e Letras* (1880-81). Fundava-se a Sociedade de Geografia Comercial do Porto. Nascia a Sociedade de Instrução do Porto, especialmente louvada por Ramalho, no trecho já citado: presidida por Aires Gouveia e animada por Joaquim de Vasconcelos, apostava decididamente na difusão de conhecimentos e competências científicas e técnicas, através de três meios que se tornarão canónicos, para as associações congéneres: o boletim periódico, as exposições públicas e o museu.

A *Revista* começa a sair em 1881. As exposições decorrem, no Palácio de Cristal, em 1882 e 1883: no primeiro ano, as de «trabalhos mecânicos e indústrias caseiras» e de «cerâmica»; no segundo, outra de «indústrias caseiras» e uma de «ouriversaria e joalharia». Demonstração do património artístico, técnico e económico popular – e, portanto, de recursos e caminhos para o progresso nacional – marcada pela prevalência da produção artesanal, da «indústria caseira». (Aliás, as exposições contavam com a presença de artesãos e o seu trabalho «ao vivo»²).

Um mesmo objectivo guiará o Museu Industrial e Comercial, inaugurado em 1886, ainda sob a direcção de Vasconcelos. Do trabalho nele desenvolvido, dirá o director: «Não houve luxo, mas houve uma vez ensejo para demonstrar a seguinte verdade: que a indústria portuguesa popular não carece de lantejoulas para figurar, com honra, ao lado da sua irmã da cidade; que pode haver uma exposição sofrível, sem grandes comissões, e que pode haver patriotismo, sem o estrondo dos foguetes e a retórica dos programas»³. O programa não é, portanto, apenas cultural, se é que o qualificativo teria sentido, para a circunstância. A exposição de materiais, técnicas e formas das «indústrias caseiras» e das indústrias propriamente ditas, a que Vasconcelos chama «históricas» «porque podemos seguir os seus passos através dos códigos, à sombra dos quais viveram, sempre mais ou menos amparadas pela protecção oficial» e que se «filiam» nas primeiras – assim se regressando ao princípio da prevalência do elemento tradicional; a exposição visa sensibilizar as gentes para a importância crucial das nossas actividades e para os problemas que é preciso resolver para promovê-las: atraso da lavoura, exploração do operário, atraso da instrução profissional, fraca qualidade dos produtos, falta de visão dos fabricantes, desprezo pela arte popular, outros tantos travões ao crescimento industrial, que Vasconcelos denuncia sistematicamente nos seus artigos do *Comércio*⁴.

Esta combinação entre conhecimento, doutrinação e acção pública – entre o desenvolvimento de estudos de inventário e caracterização erudita da história, da população e das actividades portuguesas; a propaganda em favor da promoção da educação e da instrução pública; a defesa de medidas activas de qualificação, protecção e divulgação da economia – influenciará outras iniciativas patrocinadas por, ou dirigidas a elites intelectuais, económicas e políticas portuguesas.

O Ateneu Comercial, nascido em 1885 da transformação da Nova Euterpe, organiza a sua biblioteca, os seus cursos técnicos, o seu museu – e edita, desde 1891, um *Boletim*, destinado a debater a estruturação da educação, do comércio, da marinha e das colónias, do associativismo, e os factos interessando aos agentes económicos e sociais. É seu director Carlos Afonso.

Em 1897, sob impulso de Forbes de Magalhães, instala-se o Instituto Portuense de Estudos e Conferências. Fica dividido em três secções, sendo a de ciências morais e políticas presidida por Adriano Antero de Sousa Pinto, a de ciências naturais por Manuel Rodrigues de Miranda Júnior e a de belas-artes por António Arroio. O Conde de Samodães preside ao conselho científico e Bento Carqueja é um dos secretários. As primeiras conferências ilustram bem o âmbito de interesses e actividades do Instituto: Bento Carqueja falará sobre «a economia doméstica»; António Arroio, sobre «a música em Portugal»; Alexandre Sarsfield, «pelas colónias»; Forbes de Magalhães, sobre «a miséria e a beneficência»; Sousa Pinto, sobre «liquidação social».

Mas o grupo mais importante, para os propósitos do presente artigo, é o que se constituirá ao longo de uma sequência de acções de carácter científico e doutrinário – ou, melhor, de *doutrinação pela ciência*.

Nos fins de 1884, dois jovens alunos da Escola Académica do Porto, Hamilton de Araújo e Rocha Peixoto, propõem aos seus colegas a «organização dum clube, onde se criasse uma biblioteca de livros científicos, um museu de história natural, numismática e antiguidades, e no qual se fizessem, semanal ou quinzenalmente, conferências»⁵. Com isso pretendiam preparar e congregar a mocidade estudantil a intervir no ensino e no País, por bandeiras intelectuais e doutrinárias de cariz progressivo. O «Clube Escola Académica» depressa se colocará sob a égide de Oliveira Martins e, em Fevereiro do ano seguinte, será formalmente inaugurado, como «Grémio Oliveira Martins». Dele fazem parte, além dos fundadores, jovens como António Nobre, João Barreira, Guilherme e Alexandre Braga, Ricardo Severo e Fonseca Cardoso.

Em 1887, Rocha Peixoto, Ricardo Severo, Fonseca Cardoso, João Barreira e Xavier Pinheiro reúnem de novo os seus esforços, criando agora uma Sociedade sob o patrocínio de Carlos Ribeiro. A ela aderirão, entre outros, Júlio Matos, que será o presidente, e Basílio Teles, vice-presidente; ocupando Peixoto e Severo os restantes cargos directivos. A Sociedade publica, de 1889 a 1898, a *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, procurando articular estudos de diverso enquadramento disciplinar. Logo no primeiro volume coexistem artigos de paleontologia (de Santos Rocha e Ricardo Severo), etnologia e etnografia (Adolfo Coelho, Martins Sarmiento, Teófilo Braga, Rocha Peixoto), geologia (Paul Choffat), botânica (Jules Daveau) e zoologia (Augusto Nobre). Assim se reata a orientação pluridisciplinar já ensaiada, no Porto, em 1882, pela *Revista Científica*⁶.

A Sociedade é dissolvida em 1898. Mas, logo no ano seguinte, Fonseca Cardoso, Rocha Peixoto e Ricardo Severo iniciam uma nova publicação, dirigida pelo último: a *Portugália*. Ponto culminante da actividade deste núcleo, ela depressa ocupará um lugar ímpar no contexto das iniciativas científicas nacio-

nais, reunindo quase todos os que, no dobrar do século, poderia dizer-se pertencerem a uma comunidade erudita portuguesa.

2. As iniciativas citadas formam um conjunto coerente, unificado por valores teóricos e doutrinários comuns. Procuram articular saber, doutrinação e acção técnica. De um lado, fundando cientificamente – quer dizer, nas novas disciplinas do estudo sobre a humanidade e a natureza – a intervenção ideológica e cívica e os projectos de ordem técnica e económica; do outro, explorando a possibilidade de prolongar doutrinariamente os saberes positivos adquiridos.

Situando-se no campo erudito, os intelectuais portuenses de que falamos – que, mais do que homens de letras, se apresentam como homens de (novas) ciências – propõem-se qualificar a consciência moral e económica procedendo à caracterização e relacionamento dos atributos e recursos físicos, sociais e espirituais da Nação. Privilegiam as disciplinas que parecem mais aptas a tal propósito: e elas são, para lá da clássica história e da economia, a etnografia, a filologia, a arqueologia, e as ciências naturais que contribuem à determinação do tipo rácico ou étnico, como, desde logo, a antropologia.

Alguns textos ilustram bem estas motivações. A apresentação da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, redigida por Basílio Teles⁷, acentua o grave bloqueio ao desenvolvimento que a ausência de um pensamento cientificamente estruturado representa. Portugal não tem uma «ciência nacional», «um departamento mental seu, como uma propriedade intelectual, legitimada por uma série de trabalhos fundamentais», pela razão de que «há três séculos que não vive e que não pensa». Mas se quer mostrar que ainda pode viver, deve proceder a um conhecimento aprofundado de si próprio. O que só se concretizará no quadro dos novos saberes: «esse exame de consciência, se tiver um dia de ser feito, só o tentará virilmente a sociedade portuguesa, quando, posta de lado a velha ferramenta teológica, se resolva a atacar de frente os grandes problemas da ciência, aceitando as inevitáveis consequências a que logicamente conduzem. E desses problemas, constante preocupação do pensamento contemporâneo, nenhuns mais complexos e graves, nenhuns que levem as sociedades que os agitam a mais radicais transformações no seu modo de existir, que os problemas das ciências naturais e sociais».

Dois anos depois, Rocha Peixoto acentuará, a propósito da antropologia, esse princípio da fundamentação científica da doutrinação. Aceitando a pertinência e a necessidade de uma discussão sobre «o carácter e o futuro» dos Portugueses, passa em revista as teses comuns sobre a nossa individualidade histórica e presente. A todas nega, porém, validade bastante, exactamente porque vê na sua base intuições, impressões ou generalidades, mas não ciência.

Seria, em contrapartida, indispensável lançar um «inquérito ao povo português» adoptando o método de Paul Broca. «Investigar-se-iam as origens do povo, tanto quanto possível, desde os tempos exhistóricos; então e nos períodos históricos subsequente indagar-se-iam as invasões que provocaram as misturas determinando-lhes as percentagens; procuravam-se os vestígios das suas emigrações e das suas lutas; inquiria-se-lhe a influência mesológica na geologia, na orografia, na paisagem, no clima, na flora e na fauna; estudava-se-lhe com desvelo a vida, na família, na moral, nos sentimentos, na educação intelectual e física, na alimentação, no vestuário e na habitação; observava-se a acção modificadora desses factos já adquiridos no indivíduo e no grupo, a par e passo que se fixavam os limites de variação provenientes de herança e de atavismo; e por último, não como acessório, mas como contribuição imprescindível. completavam-se as observações que precedem com as antropométricas e as de ordem física e patológica». Só assim seria possível dizer: «ora aqui está o português!» E o autor termina: «Confesse-se que sem a realização sistemática destes trabalhos o que ordinariamente se pensa e diz sobre o carácter e o futuro nacionais pode ser exacto, mas não é por enquanto cientificamente justificado. Para traçar o papel e o destino dum povo, carece-se hoje de lhe fazer a *antropologia*; e – que diabo! – ainda que o seu futuro nos importe mediocrementemente, legue-se ao menos a quem vier a anatomia da carcaça»⁸.

As associações que organizam os interesses políticos e económicos de elites sociais privilegiam, logicamente, a esta ligação entre ciência e doutrinação cívica, a articulação mais específica do estudo e do saber com a técnica e a prática económica. No *Boletim do Ateneu Comercial do Porto*, apresentado como porta-voz dos negociantes locais, os conhecimentos e iniciativas a divulgar incidem sobre dois domínios: a educação e a formação técnico-profissional; as actividades económicas e as comunicações. «Educação nacional», integrando «ensino, artes e indústrias»; «questões económicas», sobre «comércio e suas relações»; «marinha mercante e colónias»: tais eram as secções gerais que o programa da publicação previa⁹. Oliveira Martins era, por isso, um patrono adequado.

Seria, contudo, apressado ver aqui a prova de qualquer clivagem entre *pensadores*, de um lado, e *técnicos e empreendedores*, do outro. Os grandes princípios são comuns, assim como o espaço institucional em que se movem. As ligações entre, digamos, as práticas especificamente disciplinares, ou eruditas, e as práticas sociais, de intervenção técnica ou política, são recorrentes. Oliveira Martins, Basílio Teles e Bento Carqueja, economistas e políticos, estabelecem a ponte entre os temas de actualidade que discutem e essoutros que motivam antropólogos, etnógrafos, filólogos e arqueólogos. O seu papel nas revistas e

sociedades que integram ou patrocinam é, a este título, decisivo. Mas a generalidade dos estudiosos não deixa de vincular o valor das suas pesquisas e publicações à sua utilidade pública, economia incluída. Joaquim de Vasconcelos e Rocha Peixoto, por exemplo, debatem regular e combinadamente as características (patrimoniais, ergológicas, simbólicas e estéticas) e as virtualidades técnicas das actividades populares: pretendem estabelecer as bases de uma etnografia e de uma indústria nacional. Por último, algumas associações de vocação mais tipicamente profissional ou económica solicitam e, pelo menos aparentemente, incorporam contribuições científico-sociais e antropológicas de que se esperava uma espécie de retrato e diagnóstico do País e do seu povo.

A melhor ilustração desta rede de ligações entre saber, doutrina e técnica pode ser pedida ao Instituto Portuense de Estudos e Conferências. Objectivo: «levantar o espírito público e robustecer o carácter nacional». Meios: o estudo e a divulgação dos nossos problemas sociais; a actividade artística¹⁰. Em 1899, será publicada uma lista de «assuntos propostos para estudo, sobre os quais os sócios são convidados a apresentar informações, pareceres e dissertações ou a realizar conferências»¹¹. Consideremo-la com minúcia, como um reportório dos temas que, na viragem do século, uma instituição intelectual do Porto definia como relevantes.

A lista compreende trinta e um assuntos. O primeiro é o de âmbito mais geral, dizendo respeito à «apreciação dos diferentes sistemas de liquidação social – comunismo, socialismo, internacional, anarquismo, etc., e dos meios mais convenientes para remediar o desequilíbrio social». Os seis seguintes são de natureza económica: formas de propriedade, emigração e imigração, colonização, pauta aduaneira, enfiteuse, fideicomissos. Tópicos administrativos e judiciais preenchem o oitavo e o nono temas, e o décimo tem a ver com o comércio. Mas logo depois se pede outro tipo de observações: «jogos, festas e divertimentos populares portugueses, antigos e modernos. Suas origens. Seu valor recreativo, educativo e higiénico. Quais se devem conservar, modificar ou suprimir e por que meios? etc., etc.»; «qualidades e defeitos do carácter português. Provas. Consequências de umas e de outros. Meios para aperfeiçoar aquelas e corrigir ou atenuar estes, etc., etc.».

Segue-se mais uma série de itens por assim dizer práticos – preço das subsistências; instrução profissional; transportes; porto de Leixões; riqueza mineralógica; hidrografia e caminhos-de-ferro a Norte do Douro; agricultura em África – entremeados por dois temas de alimentação e educação física. O vigésimo segundo reza assim: «a Etnografia em Portugal. Conveniência de estudos sobre importantes problemas etnográficos que nos dizem respeito». O seguinte versa sobre «as riquezas arqueológicas dispersas no país»; e logo após vem outro

sobre as «vantagens» dos museus como «instrumentos de ensino». A arte triunfa nos restantes: Beethoven; Wagner; a pintura nacional nos séculos XV e XVI; a escultura; a arquitectura; as artes decorativas; a cerâmica.

3. Os intelectuais e as sociedades que eles constituem pretendem agir. E a acção pode desenvolver-se em três direcções complementares.

Pode orientar-se para a transformação do meio académico e erudito. Conduzida, então, a partir do seu próprio interior, ou de algumas das suas periferias, procura atingir dois grandes objectivos: o agrupamento dos especialistas a par do movimento cultural europeu contemporâneo, praticantes ou estudiosos das novas disciplinas científicas, sociais e naturais; e a afirmação institucional do valor de tais disciplinas e dos seus cultores, ligada à renovação de uma Universidade consensualmente descrita como anquilosada.

Pode a acção dirigir-se ao público não especializado, mas capaz de seguir ou ao menos apoiar os esforços dos especialistas. Privilegia, por aqui, a intervenção sobre os circuitos existentes de divulgação e formação, e a constituição de outros. A Academia Politécnica, o ensino profissional, os museus, as exposições, as publicações periódicas e os livros, servindo os fins de afirmação institucional já referidos, são ainda domínios e instrumentos desta actividade de difusão e educação pública. Para percebê-la, basta observar, por exemplo, o modo como Rocha Peixoto define a missão dos «museus regionais»: repositórios permanentes da arte e da produção local, funcionando como lugares de criação, instrução e propaganda útil, assim suprimindo algumas das deficiências de um ensino técnico tido por caótico¹².

Pode, enfim, pautar-se a acção dos intelectuais renovadores pela colaboração com as *forças vivas* da cidade, os seus grupos dirigentes, económicos, sociais e políticos. Sem o apoio empenhado dos elementos esclarecidos de tais grupos, aquela acção fracassaria. Porque era seu propósito central proceder a duas articulações paralelas e mutuamente reforçadas: a ligação entre estudo e prática (técnica ou cívica, sectorial ou política); e a ligação entre a consciencialização nacional dos problemas, que cumpria em primeiro lugar aos intelectuais, e o enfrentamento racional deles, para que era preciso encontrar actores progressivos e qualificados, entre o escol civil e político do País.

Dialéctica, portanto, entre povo e elites. Pela investigação, paciente, erudita e actualizada, baseada na história, na etnografia, na antropologia, na filologia, na arqueologia, na economia, tratava-se de compreender o povo, nas suas comunidades, nos seus usos e costumes, na sua inventiva própria – ao mesmo tempo que inventariar os recursos físicos, económicos e morais e caracterizar o estado e o futuro possível das riquezas minerais, das indústrias, das terras, do

comércio, das colónias, etc. A grande lição dos intelectuais referidos ao modelo etnografista de Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos consiste em sustentar que as duas vertentes se implicavam uma à outra – que não era possível perceber e potenciar os recursos nacionais sem destacar, como base deles, as gentes, as actividades e os patrimónios populares, isto é, comuns, rurais, tradicionais e locais. Propunha-se, pois, um paradigma de relacionamento entre povo e elites, pelo qual as últimas de algum modo beberiam no primeiro, dele brotariam e nele se reconheceriam e justificariam.

Ora, este relacionamento era recriado e enunciado pelos intelectuais que fossem capazes de, através do seu estudo próprio, concretizar as pontes entre história e futuro, passado e presente, populações e classes dirigentes, artes e indústrias, tradição e progresso. E assim se destacava outra dialéctica, agora construída na tensão entre elites intelectuais, de um lado, e elites técnicas, económicas e políticas, do outro. Intérpretes do sentimento e do património nacional, às primeiras caberia uma função de liderança moral, estribada na associação entre ciência e doutrina, entre conhecer de modo positivo e assinalar valores, meios e caminhos de regeneração. E nessa função de liderança moral se sustentaria a relação desejável entre os doutrinadores e os actores por assim dizer práticos, entre os homens de cultura e os homens de acção. Mas, finalmente, porque aqueles que exerciam tal função assim se afirmavam como homens de cultura interessados, envolvidos, comprometidos na acção – activos e não contemplativos –, a relação tornava-se mais precisa: ligava *homens de acção informada e enformada pela cultura* (intelectuais) e homens de acção directamente empresarial ou política.

Procuremos ilustrações desta orientação. O Instituto Portuense de Estudos e Conferências declara-se associação puramente científica. Qual é, então, a sua utilidade pública? Responde Forbes de Magalhães: «se esta sociedade se mantivesse nesse campo [científico], conforme é o espírito e a letra dos seus estatutos, poderia prestar relevantes serviços, porque os sócios que ali adquirissem ideias úteis e sãs, levariam a outras sociedades, empresas ou corporações os germes dos bons princípios e portanto da justiça e da prosperidade»¹³.

Ideia análoga exprimira Basílio Teles, oito anos antes, em nome da Sociedade Carlos Ribeiro: a «minoría honesta e ilustrada» que existe no «nosso pequeno meio pensador» e tem lutado contra «o preconceito, a rotina e a preguiça legendária» merece todo o apoio: ela é que é capaz de, pela «propaganda científica», revigorar o País. E, se este «encolher os ombros de desdém e preferir dar o seu aplauso aos histriões que lançam grandes gestos sacudindo a guizalhada da oratória, ficarão finalmente convencidos [os membros da Socie-

dade] de que não é um corpo vivo que se trata de mover, mas um cadáver que convém quanto antes sepultar»¹⁴.

Eis, portanto, o par tópicos decadência/regeneração, que percorre o século XIX português. Quando Leite de Vasconcelos e Mont'Alverne de Sequeira defendiam o labor intelectual como forma de tornar enérgica «essa mocidade inactiva que amortece na atmosfera doente dos cafés, olhando para os livros como para um pesadelo»; ou quando Hamilton de Araújo e Rocha Peixoto apregoavam as «ciências positivas» como eficaz antídoto contra o «obscurantismo» nacional, retomavam, com o ardor próprio da sua juventude, um tema omnipresente no campo intelectual português¹⁵.

O Ultimato vem, contudo, lembrar a realidade das coisas, face a esta retórica dos benefícios progressivos do saber e à autopropaganda de um jovem escol portador de tal saber. Aos olhos de uma intelectualidade desafecta ao regime rotativista, distanciada do poder universitário e bastante sensível à mundividência republicana (com a sua típica combinação de crítica, nacionalismo e optimismo positivista), a crise política revela a crise moral e ôntica da Nação, a crise de Portugal como entidade e como carácter. E este sentimento marcará ainda mais o discurso dos activistas da Ciência positiva.

Tome-se o prefácio de Rocha Peixoto ao seu livro *A Terra Portuguesa*, publicado, no Porto, em 1897, por via da reunião de vinte e seis *crónicas científicas* escritas para a imprensa. Ele observa que o Ultimato motivou diversíssimas tentativas de identificar problemas e encontrar soluções, com a correlativa «superabundância de pareceres, de conselhos, de opiniões que, através do jornal, da revista e do livro, assim exprimiam e afinal resumem o esforço último para o triunfo duma ruína calculada irreparável». No entanto, «buscando, em toda a colaboração parcelar que surgiu no intento do remédio, o traço que une tanto desvelo esparso, não se apreende um pensamento colectivo, lógico e concorde nos seus aspectos dominantes [...]. Isto é: o país não teve quem promovesse correntes orientadoras, bem amadurecidas e seguras, acerca dum destino para que lhe cumpria marchar e, portanto, trabalhar. Ou ainda: os seus homens de predomínio, confinados nos seus interesses ou nas suas especialidades, alheios à disciplina de estudo e de reflexão a que um mesmo ideal subordina, distanciados voluntariosamente de uma só ordem de desejos e vontades, desencontram-se, não se completam no momento em que, embora sem afins aparentes, todo o esforço deveria fundamentalmente convergir para a realização dum pensamento nacional».

Ora, sem «correntes orientadoras», sem «pensamento colectivo» e sem escol intelectual que o elaborasse, a opinião pública ficou sem norte e o País não pôde encontrar forças para o revigoração espiritual e soluções para os pro-

blemas resolúveis. Que faltou fazer? Romper, diz Rocha Peixoto, com a «filosofalha» e procurar enunciar e debater cientificamente os problemas. O que faltou foi, para usar palavras nossas, substituir a retórica pelo saber. Ou, nos termos de Peixoto: «só vaga e intercadentemente apareciam alusões justas aos assuntos sobre que mais importava esclarecer o país, essa maravilhosa riqueza própria, tão nomeada como inédita para além dos profissionais: o problema mineiro, o problema florestal, o problema aquícola, o problema agrícola, o problema ultramarino, etc. Exactamente, ao divagar-se acerca do passado e do mal presente, assinalando o destaque dos contrastes, o país ficou mal armado para se conhecer, como pretendiam, nada se avançando numa frutuosa e vasta generalização de noções essenciais, extractadas, com oportunidade e como tino, da arqueologia e da história, da religião e da língua, da tradição e da literatura»¹⁶.

Um ano depois, fazendo, no mesmo tom pessimista, o balanço das realizações da Sociedade Carlos Ribeiro, Peixoto lembrará os «projectos de regeneração social» que nela se discutiram: planos de reorganização colonial, reforma económica, reestruturação do ensino e fomento da investigação¹⁷.

Decadência/regeneração, o dilema continua. Mas o movimento intelectual portuense vai propondo, em articulação estreita com o pensamento e a acção dos paladinos nacionais das novas disciplinas e do novo método científico – Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos – e as revistas, os museus e as sociedades que eles foram criando ou patrocinando, vai propondo elementos específicos de enfrentamento do dilema. Erudição analítica e disciplinar, oposta à simples «divagação» sem objectivo ou regra; estudo, por oposição ao lamento inconsequente; conhecimento científico, como componente primeira do auto-reconhecimento nacional; actualização desse conhecimento, mas por referência à acumulação paciente e tecnicamente fundada de observações, em vez de sínteses teóricas apressadas, sem alicerces empíricos: triunfo, portanto, da etnografia, da arqueologia, da filologia e das ciências naturais do homem e seu meio físico. Aproximação e organização dos estudiosos, recusando o isolamento de cada um, para edificar um «pensamento colectivo»; ênfase nas implicações éticas e doutrinárias do saber; missão cívica dos intelectuais e afirmação da função social insubstituível do escol que representam.

Neste composto, onde cabe a política propriamente dita? A acção cívica dos intelectuais há-de ser uma acção intelectualmente enformada, estribada no valor da reflexão, do espírito e do saber. As agremiações que a potenciam evitarão, pois, confundir os planos. Por exemplo, o Instituto Portuense de Estudos e Conferências sublinha ser uma «sociedade única e exclusivamente cientí-

fica», que não se envolve «em empresas ou cometimentos de qualquer espécie» e está sujeita apenas ao império do «pensamento puro»¹⁸.

Mas também sabemos que vários deste intelectuais são oposicionistas políticos. Na Sociedade Carlos Ribeiro, Júlio de Matos e Basílio Teles são conhecidos militantes republicanos; Rocha Peixoto evocará o interesse de exilados na sequência do 31 de Janeiro sobre o andamento da Sociedade e da sua revista¹⁹. A acção política não é, portanto, necessariamente excluída e, sobretudo, a dimensão propriamente política da acção de agitação e «revigora-mento» intelectual nem é ignorada nem é omitida. Quando, portanto, Basílio Teles escrevia, em 1889: «importa confessar [...] que não é num ideal político que o país porá algum resto da sua robusta fé de outras eras»²⁰ – e o escrevia justamente para justificar o aparecimento de um revista dedicada às (novas) ciências naturais e sociais – sublinhava, sobretudo, a indispensabilidade de *acrescentar* à intervenção no espaço público e dirigida à qualificação dos comportamentos e das instituições nacionais uma *base* de conhecimento erudito actualizado e aplicado às *questões portuguesas*, melhorando, com esse acréscimo, a intervenção. Aqueles que se reconhecem, unem, afirmam e impõem como *intelectualidade portuense* não renegam, antes procuram a influência sobre a *res publica*. O que propõem é, sim, uma forma de intervenção pública que julgam específica e especificamente nobre, adequada e eficiente, porque aparentemente defendida dos interesses, da superficialidade e dos jogos da vida política propriamente dita, isto é, da que se enquadrava no sistema político.

Este propósito está bem explícito no programa da *Portugália*, a revista de nome tão emblemático, lançada pelo grupo de Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso, no mesmo ano em que termina a *Revista de Ciências Naturais e Sociais* e se dissolve a Sociedade Carlos Ribeiro. «Esta publicação não surge a propósito, como tantas outras, moldada de jeito a preencher determinada lacuna; corresponde a um dado momento da vida nacional, representa uma geração temperada para realizar a sua Obra – cumprirá um destino»²¹.

«Temperada» pelo estudo e dedicada ao estudo. E, por isso, é científico o escopo da revista. Ela propõe-se publicar «monografias gerais e parcelares», em quatro áreas fundamentais: «paletnologia e peletnografia»; «antropologia e antropomotria»; «etnografia e folclore»; «arqueologia e história». Centrada no «povo português», porque é do problema português que se trata. «Admitida a nação portuguesa como um organismo étnico com vida própria independente – com razões de ser etnológica e histórica – procura-se estudá-lo, definindo a natureza e relações dos próprios elementos, a fisiologia e mesologia da sua vida orgânica e *habitat*, acentuando os caracteres específicos que formam e explicam os tipos nacionais».

Vale a pena determo-nos nesta frase: que a nação fosse um «organismo» com «vida própria independente», eis o que parecia em dúvida, na consciência cultural do fim do século. Mas os estudiosos poderiam mostrá-lo, desde que buscassem «razões de ser etnológica e histórica» – desde que mostrassem as bases históricas e populares da nossa nacionalidade. Mostrá-las, porém, positivamente, quer dizer, pela ciência julgada capaz de definir objectivamente caracteres e tipos: continua-se em busca da identidade nacional, mas acredita-se que o saber positivo nos possa dar uma resposta segura, uma determinação pelo lado da natureza e pelo lado da história.

«Estudar-se-á – continua Severo – o povo português, medindo-o, classificando-o em séries e gráficos, separando-o em grupos de determinado aspecto étnico; recolher-se-ão todas as manifestações da vida popular, de hoje e do passado, especializando as formas e caracteres que naturalmente representam o tipo físico, moral, intelectual do homem e das povoações que ocupam os nossos vales e serranias». Arredadas, pois, as «manifestações eruditas das ciências, das artes, letras e indústrias», expressões de elites e incorporações de elementos estranhos, o estudo deve concentrar-se no «*substractum* da nacionalidade, [n]o que há de primitivo e original, desde remotas origens até hoje – aí colheremos os verdadeiros elementos da vida e do carácter nacional, a nossa razão de ser e da nossa história». Então, «propor-se-á o renascimento da verdadeira alma popular – inicia-se com patriotismo e esperança obra tradicionalista de reivindicação pela grei portuguesa».

E Severo exorta os seus confrades ao cumprimento deste «destino» geracional: «Obedeçam a este intuito todos os que no país pensam e estudam. Abrir-se-á um novo período de RENASCENÇA dentro da própria nacionalidade, que será, também, a renascença de um velho povo».

4. A contraposição entre decadência e regeneração, tema maior da cultura oitocentista portuguesa, continua. Mas adquire novos contornos nesta transição do século – e, sobretudo, neste campo intelectual específico. Um campo que paulatinamente se vai formando em torno de modelos recém-chegados, designáveis, por aproximação e em sentido muito geral, como positivistas; em torno de novos saberes sobre a natureza e a sociedade, que prometem a determinação paciente, racional e objectiva de caracteres e tipos identificadores, em duplo registo, integradores de uma comunidade e diferenciadores dela face a outros povos e nações; e em torno de novos ou reforçados meios práticos de reunir e caboucar grupos, correntes e paradigmas intelectuais, quais sejam a imprensa, o livro, a revista, a divulgação, o museu, o ensino, a sociedade científica e cívica.

Não constituirá talvez exagero do historiador sugerir que esses novos contornos do dilema recorrente entre decadência e regeneração podem ser apercebidos em dois factos. Primeiro: a enunciação do dilema tende a fazer-se, mais frequente ou explicitamente, entre decadência e *renascença* – acentuando assim, ainda mais, a dimensão propriamente ontológica da questão, questão de um *ser* ou *entidade* colectiva que é preciso, de algum modo, recriar. Segundo: o enfrentamento do dilema tende a procurar-se, mais frequente ou explicitamente, no quadro de um *conhecimento* mais erudito do que literário, mais analítico do que intuitivo, mais disciplinado do que impressivo, mais monográfico do que generalista – *sem perder*, porém, a referência matricial da *descoberta*, da *caracterização*, da *individuação* do *ser nacional*.

Propusemo-nos considerar, contudo, apenas um de entre vários movimentos; ou, melhor dizendo, propusemo-nos considerar como movimento uma sequência de iniciativas e discursos que ocorreram no Porto, nas duas últimas décadas do século XIX e na primeira do século XX. E não parece contestável a natureza dessa sequência, que configura um movimento, acção de um grupo de intelectuais em nome de propósitos e recursos cognitivos, morais e cívicos comuns, e que se singulariza, na conjuntura nacional, pela sua vinculação directa a uma nova prática científica, da qual espera a caracterização e a valorização do *fundo popular português* e, por aí, alguma revivificação da consciência colectiva e algum empenhamento na regeneração e renascença nacional.

Ora, este é um movimento portuense, baseado no Porto e na sua atmosfera social e intelectual. O que não pode ser desprezado.

Como recordou António Salgado Júnior²², só a partir dos começos do século XIX teve a cidade «aquilo que se chama uma consciência cultural, isto é, a noção de que representava, ou podia também representar, um papel seu no concerto cultural da nação». A sua primeira «consciência cultural» é romântica e liberal: nos meados de Oitocentos, constituía, como escreveu sugestivamente José-Augusto França²³, um «microcosmo romântico». Mas não disporá, até à Primeira República, de condições institucionais equiparáveis às de Coimbra e Lisboa – e, nomeadamente, de um curso superior na área das humanidades. A formação dos seus intelectuais, ou passa pela frequência da Universidade ou do nível Curso Superior de Letras, ou pela Academia Politécnica do Porto, ou então faz-se à custa do «autodidactismo e do trabalho isolado»: «fenômeno – prossegue Salgado Júnior – que caracterizará o labor do intelectual portuense desde então até aos nossos dias».

Este conjunto de circunstâncias explicará parte da típica conformação dos movimentos intelectuais do Porto finissecular como *movimentos de combate*, afirmação de activistas que, entre outras coisas, se batem decididamente por

factores estruturantes de um meio erudito local: pela mudança, actualização ou criação de escolas, pelas sociedades, as revistas, a imprensa, os museus, as associações de interesses, etc.

Entretanto, ao longo do século XIX, a cidade desenvolvera-se como pólo comercial e burguês e foi-se dotando de elites sociais e políticas, de instituições locais, públicas e privadas, e de monumentos e emblemas da sua centralidade²⁴. Sobretudo, acentuara a sua imagem de, por um lado, capital regional, cabeça simbólica e política dessa «província» menosprezada e, em particular, do Entre-Douro-e-Minho, província *histórica* por excelência; e, por outro lado, lugar de empreendimento, iniciativa e trabalho, com a sua associação aos Ingleses, o florescimento dos seus novos mercadores, a sua aura de cidade liberal invicta, o seu carácter laborioso e quase ascético.

O movimento intelectual que vai da *Revista Científica* à «Renasença Portuguesa» não deixa de referir-se também a esta identidade portuense. O elogio do fundo rural, provinciano e popular da nacionalidade é, implícita ou explicitamente, o elogio desta cidade simbolicamente transformada na capital da província e do progresso económico, contraponto positivo à inactividade e à ineficiência material e política por muitos associada a Lisboa. O Porto parece ser o centro sociológica e culturalmente mais próximo do «povo português» que estes intelectuais pretendiam estudar e valorizar como a base de um novo renascimento.

O que quer dizer, também, que o movimento descrito enfrenta sempre a possibilidade de uma deriva regionalista ou bairrista. O paradigma teórico-metodológico a que obedecia – a convergência entre antropologia, etnografia, história, arqueologia e filologia, pautada pela observação directa e pela acumulação de monografias – incorporava essa dimensão de conhecimento e valorização local, estudo de localidades e regiões como engrandecimento, visibilidade e afirmação pública dessas mesmas localidades e regiões. A rede construída e liderada por Leite de Vasconcelos estimulava esta ligação e dela se alimentava. Mas há uma evidente tensão entre pensar os problemas do País a partir de um lugar que não é só intelectual mas também físico e social – que não é só uma ciência ou conjunto de ciências e uma prática cívica fundada na, mas não limitada à ciência, mas também uma «província» e uma cidade emblemática da «província», onde se supunha residirem os fundamentos e os recursos da Nação, ou que os simbolizavam; há uma tensão entre esta maneira de globalizar a partir de um lugar situado e, da outra banda, *circumscrever* o pensável, o estudável e o valorizável a esse e só a esse lugar – cuidar da cidade ou da «terra» própria, sobre todas as demais coisas. A *situação* doutrinal, a *territorialização* da reflexão globalizante – que é o que me parece caracterizar distintivamente o

movimento que culmina na *Portugália* – não deixa de abrir algumas portas à limitação localista ou bairrista.

Poderemos talvez esclarecer este ponto recorrendo a dois exemplos de sentido contrário. Um é o equilíbrio que pontua a investigação histórica regional de Alberto Sampaio, o qual, sem deixar de ter em conta o «atractivo especial», para usar palavras suas, do estudo monográfico do Noroeste «para os seus habitantes» – exactamente porque mostraria que «eles representam ainda hoje a raça antiga, cuja emigração remonta a épocas longínquas» –, não abandona o plano propriamente científico das questões de história e do «interesse geral»²⁵. O outro exemplo é a face bairrista de Sampaio Bruno, louvando as virtudes históricas da cidade do Porto, recordando os seus títulos de glória – a origem do nome Portugal, a recusa de fidalgos intra-muros, a independência face aos seus bispos... – e reivindicando essas qualidades de trabalho e rudeza que fariam, aos seus olhos e de muitos dos seus contemporâneos, a identidade plebeia e burguesa do Porto. «Temo-me de que algum, mal-avisado ou inadvertido, taxa nos ponha à nossa galanteria de canhestra e contrafeita. Porque rudes e toscos sejamos, como *tripeiros* que somos»²⁶.

Tripeiro: não estigma, mas qualidade plebeia, dedicação e denodo. Ela será justamente a palavra escolhida para uma revista de grande sucesso, cuja publicação se inicia, no Porto, em 1908 – o ano em que termina a *Portugália*. *O Tripeiro*, dirigido por Alfredo Ferreira de Faria, manter-se-á até 1955, em várias séries. O seu programa é simples: interessa-se exclusivamente pelos assuntos da cidade, adopta um registo de divulgação de factos e notícias e pretende honrar o nome da urbe, dos seus habitantes e das suas instituições. «Os monumentos, as lendas, os privilégios e regalias dos cidadãos do Porto, os seus personagens, os seus feitos, os acontecimentos que se deram, as aspirações, as polémicas, as cenas emotivas, os tipos populares, sua história anedótica, etc., etc., de outras épocas, serão largamente descritos, a par de outros factos da vida contemporânea, de molde a poder-se formar, com a colecção de *O Tripeiro*, como que uma monografia do Porto, ao alcance de todas as pessoas e de todas as inteligências [...]. Tudo aqui é portuense ou tripeiro, se quiserem: desde o título ao texto: desde o colaborador literário e artístico ao assinante: desde o tipógrafo ao revisor: desde o revisor ao maquinista: desde o maquinista ao distribuidor»²⁷.

5. A implantação da República, em 1910, reaviva as questões com que se confrontavam os cientistas-doutrinadores que fizeram a viragem do século. Como pode o conhecimento informar a acção cívica? Como pode a transformação social e política ancorar-se e sustentar-se nas raízes profundas do ser nacio-

nal, adequando as instituições a construir e os caminhos trilháveis às exigências e aos recursos da estrutura histórica do País?

Ricardo Severo, republicano convicto, ensaia, poucos meses passados sobre o 5 de Outubro, uma argumentação que haveria de ser retomada, anos mais tarde, por Jaime Cortesão. As origens da nacionalidade portuguesa são democráticas e é esse atributo histórico que a República pretende representar e realizar. Ora, o que é a democracia senão a afirmação do povo? É preciso, portanto, primeiro que tudo, estudá-lo e conhecê-lo. «Na natureza das raças, na contextura dos povos, como função do meio local e social, estão as origens da nacionalidade, os princípios basilares da sua história, e do sistema político que lhe compete»²⁸.

Quem nos indica o método e a disciplina desse estudo indispensável? Na ocasião, Severo destaca três mestres: Carlos Ribeiro, «fundador dos estudos arqueo-geológicos», fornecera os dados fundamentais quanto à antropologia física e à arqueologia pré-histórica; Martins Sarmento havia revelado e pesquisado os traços da nossa primeira civilização original, a castreja; Alberto de Sampaio investigara as origens históricas, nas épocas antiga e medieval, chegando assim à descrição de uma sociedade que é, em termos gerais, a que o País conservou²⁹. O primeiro foi um patrono querido, os outros companheiros chegados do movimento intelectual portuense da viragem do século.

A conferência brasileira de Ricardo Severo é, decerto, uma acção de propaganda da nóvel República. Mas pretende ser, também, a síntese dos ensinamentos que poderiam ser colhidos do labor e da atitude, intelectual e cívica, daquele movimento. Severo recorda expressamente, no final do discurso, o programa da *Portugália*; e a ele vincula o seu ensaio. Na revista de que havia sido director culminara um movimento que procurara perceber, com os novos meios de conhecimento ao seu alcance, quais eram as raízes da Nação, onde estava a sua força e onde poderia sustentar-se a sua «regeneração». Oliveira Martins havia morrido em 1894, Martins Sarmento em 1899, Alberto Sampaio em 1908, Rocha Peixoto em 1909. A *Portugália* havia também terminado. Mas a República permitia novas esperanças. «Esse fundo [democrático, que Oliveira Martins havia já assinalado], como as 'rochas ígneas' [expressão do mesmo Martins] é hoje o pedestal inabalável da República. Condensa a alma de um povo por todo o sempre democrata, é a síntese indissolúvel do carácter étnico, moral e social dessa nacionalidade, cujas origens se confundem com a história do próprio solo nacional, desde os períodos geológicos do 'Quaternário'. [§] Igualou os homens dessa primitiva sociedade portuguesa, como diz Alberto Sampaio, a irmandade do sangue e uma pobreza forte. A nobre humildade desta 'pobreza forte' é ainda hoje uma qualidade ingénita deste pequeno povo de Portugal. [§] Uns lhe profetizam o glorioso renascimento das suas antigas epopeias. Outros, por carência

de elementos nórdicos, falta de individualização, de educação particularista, lhe prognosticam uma irremediável decadência. [...] [Mas] eu creio, senhores, no ressurgimento da pátria portuguesa»³⁰.

6. O Porto em busca da renascença? A «Renascença Portuguesa», nova sociedade cultural, é gizada, em Agosto de 1911, numa reunião em Coimbra, em que participam Teixeira de Pascoaes, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Álvaro Pinto e Augusto Casimiro. *A Águia*, revista iniciada em Dezembro de 1910, no Porto, sob direcção de Álvaro Pinto e com a colaboração de Pascoaes, irá tornar-se, a partir de 1912, no órgão da «Renascença». A sua direcção literária caberá então a Pascoaes, a direcção artística a António Carneiro e a científica a José de Magalhães.

Esta é, porém, uma história própria, a história de um projecto filosófico-poético de refundação da cultura portuguesa e de fundação cultural da República – rural, municipalista e tradicionalista, como Pascoaes defende logo em 1910 e argumenta sistematicamente em *Arte de Ser Português*³¹.

Conviria, contudo, termos alguma noção de que a Renascença Portuguesa e outros projectos paralelos não se formam no vazio. Que todo um clima intelectual, no País e, em particular, no Porto, os prepara, na viragem do século. Esse clima não é apenas literário, mas resulta também, crucialmente, da sequência articulada de iniciativas e movimentos cuja sede de eleição eram as novas disciplinas de estudo da natureza e da sociedade, e cuja ambição característica era qualificar com o saber positivo a consciência cultural dos intelectuais portugueses e a sua acção cívica, assim procurando novas oportunidades e factores para a superação da «decadência», pela «regeneração» e o «revigoroamento». A «renascença» não é, pois, unicamente, o emblema da campanha saudosista de Pascoaes. É a referência de múltiplas personalidades, instituições e iniciativas, que, na passagem do século, glosam, com alguns termos novos, um tópico persistente da cultura portuguesa. Entre 1880 e 1911 – sendo as datas simbólicas, do começo da revista *Panteão*, animada pelo jovem Leite de Vasconcelos, à conferência brasileira de Ricardo Severo e ao lançamento da «Renascença Portuguesa» –, é possível situar no Porto uma dinâmica de produção e acção intelectual conduzida por homens que se consideravam de ciência, mais do que de literatura, e que, procurando na determinação física e etnográfica do «carácter» das gentes, das regiões e dos lugares portugueses, as bases de uma identidade e um futuro colectivos, se imaginavam, também, em busca da renascença.

- ¹ Ramalho Ortigão, *As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa, I: A Vida Provincial*, reed. com um estudo de Augusto de Castro, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1948, pp. 151-60.
- ² Cfr. Maria Teresa Pereira Viana, prefácio a Joaquim de Vasconcelos, *Indústrias Portuguesas*, organização da prefaciadora, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1983, pp. 8-12. O livro reúne os artigos publicados por Vasconcelos em *O Comércio do Porto*, em 1886 e 1887.
- ³ Joaquim de Vasconcelos, *Indústrias Portuguesas* cit., p. 26.
- ⁴ Cfr. *ibid.*, *passim*, esp. pp. 26, 43, 47, 52-55, 67, 102-3.
- ⁵ Rocha Peixoto, artigo publicado no jornal *A Independência*, Póvoa de Varzim, 13 de Dezembro de 1884 (reed. *Obras*, org. de Flávio Gonçalves, vol. III, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1975, p. 31).
- ⁶ A *Revista Científica* incluiu estudos de física, química, biologia, medicina, psicologia, linguística, etnologia, sociologia e economia política, com a colaboração de nomes como Ricardo Jorge (dir.), Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Rodrigues de Freitas e Oliveira Martins.
- ⁷ E publicada no n.º 1, Porto, 1889, pp. 1-6.
- ⁸ Rocha Peixoto, «A antropologia, o carácter e o futuro nacionais», in *Revista de Portugal*, vol. III, n.º 18, Porto, 1891, pp. 690-91, 691 e 699 (reed. in *Obras* cit., pp. 219-28).
- ⁹ Programa elaborado por Carlos Afonso e incluído no vol. I do *Boletim*, 1891, pp. 25-26.
- ¹⁰ Cfr. a acta da sessão de instalação do Instituto, publicada no n.º 1 do *Boletim do Instituto Portuense de Estudos e Conferências*, Porto, 1897.
- ¹¹ Cfr. *ibid.*, n.º 15, Porto, 1899, vol. I, pp. 241-43.
- ¹² Rocha Peixoto, «Os museus regionais», in *Revista de Portugal*, vol. III, n.º 14, Porto, 1890, pp. 191-94.
- ¹³ Da Acta de Instalação do Instituto, publicada no *Boletim do Instituto Portuense de Estudos e Conferências*, n.º 1, Porto, 1897, p. 1.
- ¹⁴ *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, n.º 1, vol. I, Porto, 1889, p. 6.
- ¹⁵ Cfr., para Vasconcelos e Sequeira, a proclamação do n.º 1 de *O Panteão*, Porto, 1880. Do seu lado, em 1884, no requerimento à direcção da Escola Académica, o estudante Rocha Peixoto constatava «o estacionamento idiota em que jaz a nossa gente, com relação a ciências positivas» e afirmava «que era necessário partir dos que estudam o incitamento para uma perfeita vulgarização dos conhecimentos positivos, para levantar o povo deste meio jesuítico em que chafurda e se atasca». Discursando na assembleia fundadora do «Clube Escola Académica», Hamilton de Araújo proclamava que os estudantes, uma vez postos a par das teorias de Spencer, Darwin, Haeckel, Comte, Littré, Taine, etc., «seriam tantos combatentes no futuro do obscurantismo a que nos tem levado a coorte de governos ineptos, sob o jugo dos quais nós permanecemos; que nas conferências [a fazer no Clube] se desenvolviam os rapazes para quando soasse o grito – a pátria está em perigo – esses, com o seu grito potente, exporem ao povo, as sãs, as nobres, as elevadas teorias dos valentes titãs do trabalho» (segundo o relato de Rocha Peixoto, artigo publicado em *A Independência*, Póvoa de Varzim, n.º de 13 de Dezembro de 1884, e reeditado in *Obras* cit., pp. 31-34).
- ¹⁶ Cfr. Rocha Peixoto, «Explicação prévia», in *A Terra Portuguesa*, Porto, 1897, reed. in *Obras*, vol. II, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal, 1972, pp. 236-38.
- ¹⁷ Id., «A Sociedade Carlos Ribeiro. Nótula histórica», in *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, vol. V, n.º 20, Porto, 1898, reed. in *Obras* cit., pp. 359-63.
- ¹⁸ Cfr. o respectivo *Boletim*, n.º 1, Porto, 1897, p. 1.
- ¹⁹ Cfr. Rocha Peixoto, «A Sociedade Carlos Ribeiro» cit., in *Obras* cit., pp. 364-65.
- ²⁰ Cfr. a apresentação da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, vol. I, n.º 1, Porto, 1889, p. 3.
- ²¹ Cfr., para esta e as citações subsequentes, a apresentação assinada pelo director, Ricardo Severo, e publicada no n.º 1 do vol. I de *Portugália. Materiais para o estudo do povo português*, Porto, 1899.
- ²² No verbete «Porto» do *Dicionário de Literatura* dirigido por Jacinto do Prado Coelho (3.ª ed., Porto, Livraria Figueirinhas, 1978, pp. 846-51).

- ²³ *O Romantismo em Portugal*, 6 vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1974-75 (título do cap. V da III parte).
- ²⁴ Cfr. Maria do Carmo Serém e Gaspar Martins Pereira, «O Porto oitocentista», in Luís A. Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, 1994, pp. 376-521.
- ²⁵ Cito a abertura do ensaio «As Vilas do Norte de Portugal», in *Portugália*, vol. I, Porto, 1899-1903 (reed. in Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I, Lisboa, Vega, 1979, p. 9).
- ²⁶ Cito o fim da introdução ao vol. I de *Portuenses Ilustres*, obra em 3 vols. de Sampaio Bruno, publicada em 1907 e 1908, no Porto, pela livraria Magalhães e Moniz. Cfr. também a conclusão do vol. III.
- ²⁷ Cfr. *O Tripeiro. Repositório de notícias portocalenses antigas e modernas*, vol. I, n.º 1, Porto, Julho de 1908.
- ²⁸ Ricardo Severo, *Origens da Nacionalidade Portuguesa. Terceira conferência da série organizada pelo Grémio Republicano Português, em S. Paulo*, realizada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 22 de Julho de 1911, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, p. 52.
- ²⁹ *Ibid.*, esp. pp. 14, 22 e 44-45.
- ³⁰ *Ibid.*, p. 53.
- ³¹ Cfr. Teixeira de Pascoaes, «Justiça social. Os lavradores caseiros», in *A Águia*, 1.ª série, n.º 1, Dezembro de 1910, p. 8; *Arte de Ser Português*, Porto, «Renascença Portuguesa», 1915.